

Esgotamento sanitário avança menos de 2,5% ao ano na região, segundo pesquisa

(Anderson Fernandes)

O esgotamento sanitário evoluiu pouco na região. Desde 2000, o acesso da população a esse serviço passou de 68% para 77%. As informações são do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “Está crescendo pouco. Enquanto, por exemplo, o acesso ao computador está crescendo quatro pontos de porcentagem por ano”, disse o coordenador da FGV, Marcelo Néri.

Segundo Néri, a situação na região não é isolada. O esgotamento sanitário também evoluiu pouco no restante do Brasil. Nos últimos anos, o acesso a esse serviço passou de 36% para 47% no País. O coordenador afirmou que resolver o problema do saneamento básico é um dever de casa importante e urgente que o governo precisa fazer. E não só o governo federal, mas também os estaduais e municipais, principalmente esses últimos, aos quais cabe a implementação dos programas, que têm responsabilidade nessa área.

Néri acrescentou ainda que quem não tem acesso ao saneamento básico também não dispõe de serviços de saúde de qualidade. Com isso, “as pessoas sofrem duplamente pelo fato”. Pois contraem doenças e depois não podem curar as enfermidades da maneira adequada.

Apenas na região, segundo o estudo elaborado pela FGV, quase 500 mil pessoas na região sofrem com a falta de esgotamento sanitário. Ou seja, são milhares de pessoas no Alto Tietê que não contam com água encanada, esgoto e coleta de lixo.

De acordo com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), 65% das internações hospitalares de crianças menores de 10 anos estão associadas à falta de saneamento básico. O problema também é o principal responsável pela morte por diarreia dos menores de cinco anos.

SOLUÇÃO O especialista em estudos sociais da FGV, Néri, disse que a prioridade dada ao esgotamento sanitário dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal é um sinalizador positivo. O PAC está disponibilizando mais de R\$ 10 bilhões para o setor em todo País. Apenas na região serão investidos R\$ 133,4 milhões em obras de grande porte, incluindo a urbanização de favelas, a remoção de moradias em áreas de risco e a ampliação de redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Néri apontou, contudo, a necessidade de que haja menos burocracia para que os prefeitos possam acessar esses recursos. “Esses recursos são uma condição necessária. Mas isso não é suficiente porque, muitas vezes, os prefeitos não conseguem acessar os recursos por razões burocráticas. Não basta ter recursos orçados”, advertiu.